

A violência vista da favela*

Dulce Chaves Pandolfi**

Mario Grynszpan***

Focos de pobreza e de precariedade, as favelas freqüentemente são também associadas à violência que se desenvolve nas grandes cidades do país. Essa associação tem em sua base, em grande parte, o fato de que o tráfico de drogas tem naquelas áreas uma de suas faces mais evidentes. Reforçam essa visão os recorrentes enfrentamentos, as guerras que ali se observam entre grupos rivais de traficantes, ou entre estes e a polícia, noticiados com insistência pela mídia. Busca-se mensurar os transtornos e os prejuízos produzidos por esses eventos para as atividades corriqueiras e mesmo para a imagem das cidades onde ocorrem. Contabilizam-se mortos, feridos e presos. O asfalto, assustado, aguarda o fim dos conflitos.¹ Autoridades e especialistas são procurados pelos meios de comunicação, expressando visões e fazendo previsões que são amplamente

* Este artigo é uma versão modificada do trabalho “Violencia: percepción de los favelados en la ciudad de Rio de Janeiro”, publicado nos *Anais da XII Conferência Internacional de História Oral* (Pietermaritzburg, África do Sul, 24-27 de junho de 2002, vol. IV, p. 1.706-19).

** Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

*** Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1 “Asfalto” é um termo que se opõe a “morro” no discurso de moradores de favelas, expressando o que eles vivem como uma divisão entre as favelas e a cidade de maneira mais ampla. O morro é a favela, com seus moradores, e o asfalto, a cidade, com seus habitantes.

divulgadas. Imagens da guerra ultrapassam as fronteiras nacionais, mostrando policiais e traficantes entrincheirados, corpos de vitimados por balas, moradores – homens e mulheres, velhos e crianças – aterrorizados, impedidos de sair ou de retornar às suas casas.

Via de regra, a favela que aparece no noticiário, nessas ocasiões, é somente o cenário onde as guerras se desenrolam. Seus moradores compõem o cenário, mas suas vozes são apenas pontualmente ouvidas. Quem fala pelas favelas são autoridades, ONGs e intelectuais. E se assim é em momentos de tensão, momentos em que essas áreas ganham maior evidência, o silêncio das vozes dos moradores é ainda mais intenso quando os conflitos são mais restritos, ou quando reina a paz, mesmo que aparentemente. É para romper com esse silêncio que este trabalho busca contribuir. Seu objetivo é destacar alguns elementos importantes das percepções que moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro têm da violência.²

Não é demais acentuar que o Rio de Janeiro é considerado uma das cidades mais violentas do mundo, o que é em parte atribuído à existência de um grande número de favelas, as quais, ao contrário do que ocorre em outros casos, estão localizadas não apenas em sua periferia, mas também em suas áreas mais centrais e nobres. Além disso, as guerras entre facções rivais do tráfico de drogas têm se mostrado ali particularmente intensas e recorrentes, envolvendo mesmo ações espetaculares fora das favelas, como o fechamento de vias públicas, a depredação de ônibus e a paralisação do comércio e de atividades escolares, entre outras. Foi principalmente nos anos 1980 que, no Rio de Janeiro, se assistiu a um processo de evidenciação do tráfico de drogas, que passou a ganhar visibilidade pública crescente. Esse aumento da percepção da sua existência coincidiu com uma presença maior do poder público e com a entrada em cena das ONGs nas favelas, realizando investimentos e projetos sociais. Foi a partir dali que, em larga medida, o tráfico foi alçado pelas autoridades de segurança, e pela mídia, à condição de inimigo público número 1, identificado como a raiz de uma série de

2 Não se tem aqui nenhuma pretensão à exaustividade, representatividade estatística ou mesmo à produção de uma análise mais sistemática. Trata-se, tão somente, de trazer à luz algumas falas que possam fornecer elementos para uma relativização das visões correntes sobre a violência e sobre a sua associação com as favelas.

outras práticas criminosas como, por exemplo, assaltos e seqüestros. Organizado em facções conhecidas por nomes como Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos, apenas para citar alguns, ele passou a disputar o controle de favelas, e também de seus pontos de venda de droga, promovendo as guerras.

Os dados que deram origem a este trabalho foram produzidos por intermédio da metodologia de história oral. As entrevistas foram realizadas em três favelas de características distintas e localizadas em diferentes áreas da cidade: Formiga, na Tijuca, bairro da Zona Norte, Maré, na chamada Zona da Leopoldina, e Rocinha, na Zona Sul.³ Não havia, em nenhuma das três favelas, no momento em que a pesquisa foi conduzida, uma situação de conflito aberto e prolongado, ainda que enfrentamentos localizados e investidas da polícia pudessem ocorrer. Em ao menos duas delas, porém, a eclosão de conflitos era algo bastante possível e, de certo modo, antecipado. Então dominado por uma das facções do tráfico, o morro da Formiga localizava-se de frente para um outro, o da Casa Branca, controlado por um grupo rival. Por isso, as trocas de tiros entre os dois morros eram relativamente constantes. Já a Maré tinha o seu território dividido por duas facções inimigas, sendo que a fronteira entre elas era palco de freqüentes tensões. Das três, a Rocinha era a única que gozava de relativa estabilidade, sendo controlada por somente um grupo, que mantinha o seu poder de forma até então inquestionável.

A violência não foi o tema central da pesquisa, cujo objetivo era analisar os efeitos sociais produzidos pelas ações de ONGs e do poder

3 Rocinha e Maré são grandes favelas, com populações superiores a duzentas mil pessoas e numerosos domicílios, sendo que a primeira está localizada em uma área de encosta da Zona Sul da cidade, em uma das regiões de maior poder aquisitivo, entre os bairros da Gávea e de São Conrado. Ela ostenta o título de maior favela da América Latina. A Maré é predominantemente plana e, na verdade, é um complexo que reúne várias favelas e conjuntos habitacionais populares. Com uma história que recua a fins do século XIX, situa-se na região chamada de Zona da Leopoldina, área menos afluyente e mais antiga, próxima ao mar da Baía da Guanabara, ao longo das principais vias de acesso à cidade. Tanto a Maré quanto a Rocinha foram transformadas em bairros recentemente, configurando uma situação distinta da favela da Formiga. Esta é menor, contando com cerca de oito mil habitantes, e um pouco mais recente, tendo a sua ocupação se iniciado na década de 1920. A Formiga está instalada em um morro da Zona Norte do Rio, na Tijuca, um bairro de nível de renda elevado. Os entrevistados foram, fundamentalmente, nos três casos, pessoas que ocupavam posição de liderança em suas comunidades, reconhecidas como porta-vozes autorizados, atuando, ou tendo atuado, à frente de associações de moradores, de igrejas, de projetos de ONGs e do poder público.

público em favelas.⁴ A associação entre favelas e violência, contudo, era tão forte que a referência a esse tema tornava-se quase que obrigatória. Quando não era o pesquisador que abordava a questão, era o próprio entrevistado que a mencionava, ainda que para relativizá-la, para desfazer o vínculo incontornável que, na percepção da população, de maneira mais ampla, se havia estabelecido entre a violência e as favelas. Essa relativização se operava, em geral, por uma dissociação, no nível do discurso, entre a violência como um fenômeno mais geral e, de modo mais específico, a ameaça representada pelo tráfico. Era a violência como um fenômeno geral que os entrevistados enfatizavam em suas falas, acentuando que se tratava de um problema da cidade concebida de forma mais ampla, não podendo ter sua razão atribuída às favelas. Mais do que isso, eles procuravam requalificar esses espaços, invertendo a relação de causalidade correntemente aceita, ou seja, identificando o asfalto como o lugar por excelência da violência. No morro, ao contrário, regido por princípios comunitários, de amizade, vizinhança e parentesco, era bem menor a possibilidade de ocorrência de atos violentos.

Não se chegava, é claro, a negar ou a omitir a presença do tráfico. Não se ia, igualmente, ao extremo de legitimá-lo, de apresentá-lo como positivo, ainda que por vezes se atribuísse a situação de relativa segurança que se afirmava viver nas favelas a uma certa ação reguladora do tráfico. De maneira geral, quando se admitia a sua existência, buscava-se também explicá-la, atribuindo-a a fatores exógenos. Era lembrado, por exemplo, que drogas e armas vinham de fora das favelas, e que os grandes traficantes viviam no asfalto, e mesmo fora do país, em prédios e condomínios de luxo. A população das favelas, particularmente suas crianças e jovens, seria, isso sim, na visão de um dos entrevistados, uma vítima dos grandes interesses que movem o tráfico para além dos limites das comunidades. Como ele observa:

“Acho que a droga é a maior desgraça da Humanidade, e não tem jeito. Sabem por quê? Porque a droga não vem por esse bandidinho

4 A pesquisa se intitula “Um estudo dos efeitos das ações de organizações governamentais e não governamentais em comunidades de baixa renda”, e contou com o apoio da Fundação Ford, da Fundação Konrad Adenauer e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Um de seus resultados foi o livro *A favela fala: depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004), que reúne depoimentos de 12 líderes das favelas estudadas.

daqui; a gente sabe que o caminho da droga nesse país vem por cima. Esses juízes todos, esses ministros, esses senadores não vão querer perder essa 'mamata'. Instalou-se no mundo uma outra forma de guerra, para matar a Humanidade, mas isso já é antigo. E existe um acordo lá em cima, porque esses países todos sabem onde existe o plantio e o dinheiro que corre para manter esse plantio. As maiores vítimas dessa guerra são as crianças, os jovens, que serão os primeiros a morrer, tanto aqui quanto lá embaixo, porque vejo muito filho de classe média, muito filho de rico, todos subindo aqui para comprar droga. As famílias vão sofrer muito. (...) O pessoal graúdo da droga armazena riqueza, consegue patrimônio, é uma gente multimilionária em outros países, mas essa riqueza vem da desgraça de centenas de milhares de pessoas.”

Outros fatores externos, gerais, lembrados pelos entrevistados para justificar a adesão de jovens ao tráfico eram o desemprego, a falta de oportunidades e de boas perspectivas, a ausência do poder público e a própria segregação social de que as favelas seriam objeto. De fato, um dos sentidos da relativização da violência nas favelas operada nas falas de seus moradores é, justamente, a tentativa de uma minimização dos efeitos dessa segregação. Vários deles observaram que o fato de morarem no morro criava-lhes dificuldades diversas, como no estabelecimento de laços com pessoas do asfalto, na busca de um emprego ou mesmo em questões mais corriqueiras, como a entrega em domicílio de bens adquiridos. Desconstruir o vínculo entre violência e favela significa, portanto, fazer reconhecer, impor uma identidade mais positiva para essas áreas e seus moradores, contribuindo para romper a segregação.

Existe, porém, um outro sentido importante na relativização da violência mediante uma atenuação do peso e da presença do tráfico nas favelas. Trata-se da tentativa de garantir a segurança e a integridade físicas diante, justamente, do peso e da presença do tráfico naquelas áreas. Ou seja, longe de negar, a atenuação e mesmo o silêncio sobre o tráfico reiteram o quadro de temor por ele gerado no interior das favelas. Como reforço desse argumento, cabe citar o fato de que as mesmas pessoas que, abordadas em suas favelas, evitavam falar ou relativizavam a ameaça do tráfico adentravam o assunto com mais liberdade quando eram entrevistadas fora dali, em outros espaços, ainda que mesmo assim o temor

impusesse limites ao discurso.⁵ São trechos de algumas das falas produzidas nessas situações que se procurará trazer aqui.

É curioso observar que, se a ausência do Estado é apontada por moradores como um propiciador da violência nas favelas, a sua presença por meio da polícia também o é. A visão negativa da polícia é expressa por um dos entrevistados, quando ele se refere às incursões desta para prender traficantes e apreender drogas e armas. Ele chega mesmo a qualificar a polícia de bandida, ainda que justificando suas ações em função dos baixos salários que lhe são pagos, o que caracteriza, em sua opinião, uma situação de descaso dos governantes. Em suas palavras:

“Esse prédio em que estamos já foi todo quebrado pela polícia, assim como todas as portas da minha casa, que já foi revistada centenas de vezes. Quantas vezes já entraram na escola... Nas paredes desse prédio tem buracos de bala da polícia, que fica atirando lá de baixo. (...) A polícia é bandida, porque a sociedade quer uma polícia que lhe dê garantias, mas paga miseravelmente. Neste país, o dinheiro público tem os grandes donos; quando um governante entra, já sabe quanto vai passar para as próprias contas, e o que sobra para manter o serviço público é quase nada. Quem fez a polícia bandida foram os governantes deste país.”

Nessa mesma chave, outro entrevistado afirma: “Sei que existe uma polícia corrupta, por quem não tenho o menor respeito, mas ela é ao mesmo tempo culpada e é vítima também”. De fato, os modos como, historicamente, a polícia lidou com a população das favelas terminou por gerar entre esta e aquela uma relação tensa. Na visão de um dos entrevistados, a polícia praticaria uma violência generalizada nas favelas, conferindo aos seus moradores um tratamento discriminatório, negando-lhes, por desconsiderar o princípio da igualdade de direitos, o estatuto de cidadãos. Como ele acentua:

5 A grande maioria das entrevistas foi realizada no próprio CPDOC-FGV, onde as reservas e as visões negativas em relação ao tráfico puderam aflorar de modo mais livre, mesmo mantendo-se determinados limites. Fazia-se referência ao tráfico de um modo bastante geral, sem nunca proceder a nenhuma especificação, mencionar nomes ou situações precisas. Isso também nunca foi explorado pelos pesquisadores, ou porque não era o seu objeto central de interesse, ou em função do risco que acarretava.

“Eu não consigo olhar para um policial e ver ali um oficial, um representante da lei. Aqui, dentro da favela, não. E também nas experiências que tive fora, de blitz em ônibus. Chego ao absurdo de, dentro de um ônibus, ser o único revistado.⁶ Então, a minha relação com a polícia é essa, o sentimento que eu nutro (...) é de revolta. (...) Nem cidadãos nós somos. Nós somos favelados. Isso é que nós somos: fa-ve-la-dos. Só que jamais eu vou aceitar esse título. Sou favelado porque moro numa favela, mas eu sou cidadão, eu sou gente, então eu tenho os mesmos direitos que o morador de São Conrado tem, que o morador da Barra tem, do Leblon, de Ipanema, que o morador lá de Nova Iguaçu tem. Pelo menos, na letra da lei está escrito isso. Então, é nisso que eu vou pensar e lutar: que eu seja respeitado.”

Assim como as operações policiais, as guerras entre facções criminosas são vistas como momentos perturbadores, geradores de fortes ameaças, uma vez que, além de estragos materiais, produzem amiúde vítimas fatais. Por vezes, para homenagear seus mortos, o tráfico impõe aos comerciantes, não apenas de dentro, mas igualmente de áreas nas cercanias de favelas, o fechamento de suas portas como sinal de luto. Com frequência, as mortes provocam reações dos moradores, que, em protesto, ocupam e bloqueiam ruas ou grandes vias próximas às favelas, reclamando de excessos cometidos pela polícia, acusando-a de matar trabalhadores inocentes, jovens ou crianças sem relação com o tráfico. Por seu turno, as autoridades policiais, via de regra, procuram desqualificar essas manifestações, argumentando serem orquestradas por facções criminosas com o fim de denegrir a polícia. Buscam caracterizar os mortos como agentes do tráfico derrubados em combate ou, quando reconhecem tratar-se de alguém inocente, vítimas quer do fogo cruzado quer de balas dos próprios traficantes.

Se é possível formular acusações de que o tráfico é capaz de promover manifestações numerosas, e se tais acusações podem ser reconhecidas como plausíveis, é porque se conformou, nas últimas décadas, a

6 O fato de ser um alvo privilegiado de policiais em revistas feitas em transportes públicos é atribuído pelo entrevistado à sua condição não somente de favelado – ainda que isso seja enfatizado no trecho citado – mas também de negro.

noção de que, estando enraizado e sendo formado por pessoas das próprias favelas, o tráfico conta, quando não com o apoio, com a condescendência de seus moradores. Não se trata aqui de negar que o tráfico possa, efetivamente, promover manifestações, nem que haja apoio ou condescendência por parte de alguns moradores. O que as entrevistas realizadas indicam, todavia, é que essa questão é bem mais complexa do que se costuma supor, devendo ser tratada com maior cuidado. Para um dos entrevistados, as acusações de que moradores, de maneira geral, são coniventes com o tráfico representariam uma forma de exclusão, de negação, mais uma vez, da cidadania aos favelados. Em suas palavras:

“E nos acusam de esconder bandidos, de ser favoráveis ao tráfico, coniventes com esse poder paralelo. Se você pegar, 98%, 99% da população da comunidade são de trabalhadores, pessoas que chegam altas horas da noite do trabalho, que saem de madrugada para trabalhar. Então, por que tratar as pessoas daqui assim? Por que o Estado olha para a gente dessa forma, também? É uma forma de excluir, também. Não reconhecer que você tem direito. Você está excluído. Excluído economicamente, excluído da política, excluído socialmente, dos seus direitos; enfim, são várias formas de exclusão.”

Em uma chave próxima, outro entrevistado procura negar que a maioria dos moradores seja condescendente com o tráfico. Reconhece, entretanto, que há uma enorme dificuldade, diante das ameaças reais, de assumir atitudes abertamente contrárias. Sua insegurança é dupla, próximo que está dos criminosos e desprotegido que se sente diante da polícia. Como o próprio entrevistado observa:

“Eu acho o seguinte. Algumas pessoas (...) a minoria se beneficia. Mas a imensa maioria, se tivesse uma vara mágica que pudesse, assim, sem correr risco, acabar com isso, acabaria. Isso com certeza. Isso é a imensa maioria, a imensa maioria pensa assim. Então, quer dizer, a imensa maioria é totalmente contra isso. Mas não vê como resolver. Por quê? Vai fazer como? Denunciar? Às vezes a própria polícia tá envolvida (...). Essa é a realidade. Então, os moradores não se sentem seguros pra denunciar nada, entendeu?”

E porque (...) o poder público sabe que existe, sabe como chega e não resolve, a verdade é essa, entendeu? Mas a imensa maioria é formada de pessoas trabalhadoras, que descem todo dia pra trabalhar, enfim, vivem com dignidade e tal.”

Vale destacar que o tráfico se implantou e se consolidou nas favelas mesmo antes de ganhar visibilidade, encontrando poucos obstáculos diante da situação de ausência do poder público nessas áreas. De um quadro em que alguns poucos traficantes individuais, que tinham, muitas vezes, uma avaliação negativa de suas atividades, aconselhando os mais jovens, como lembra um antigo morador de uma das favelas estudadas, a não seguir o seu exemplo, passou-se a um outro em que facções se estruturaram e passaram a se enfrentar pelo controle de domínios territoriais e, assim, do comércio de drogas, exercendo uma forte atração justamente sobre os mais jovens, que formam os seus exércitos. O processo de organização do tráfico correspondeu também a uma centralização da autoridade dentro das favelas, contendo a dispersão, eliminando a concorrência interna entre os diferentes pretendentes a chefe, unificando o comando nas mãos de uma pessoa. Com a contenção da concorrência e o disciplinamento dos comandados, instaurou-se nas favelas uma situação de ordem, ainda que ditada por esses grupos, que passaram a exercer também funções policiais em seus territórios. As favelas tornaram-se, assim, quando não estavam em guerra, lugares relativamente seguros, com um reduzido número de agressões, roubos ou estupros, atos que podem, muitas vezes, ser punidos com a morte pelos chefes locais. Destarte, é bastante comum, como já se destacou, ouvir-se de moradores a afirmação de que as favelas são bem mais seguras do que outras áreas da cidade, podendo-se ali dormir à noite de portas e janelas abertas.

Essa tranqüilidade, contudo, é oposta a uma outra, anterior, que prevalecia quando o tráfico não tinha ainda a força que hoje ostenta. Esse passado de paz é lembrado com um tom de nostalgia, na fala de um antigo morador que, atualmente, vive fora, em um dos bairros próximos à sua antiga favela:

“Eu acho que a gente tá querendo na verdade uma vida à antiga. Porque qual é o projeto mais importante lá dessa questão?

É exatamente a questão da segurança. E a segurança, quer dizer, na época, antigamente, o morro era muito tranquilo. Era exatamente o morro em que todo mundo tinha liberdade; eu fui criado, andava pra tudo quanto é canto, ia sem nenhuma preocupação, andava prum lado, andava pro outro. E hoje, quer dizer, eu até criei meus filhos até há alguns anos lá, meus filhos ficavam praticamente em casa. Então, a gente queria, quer dizer, aquela volta ao tempo antigo.”

Um ponto importante a ser acentuado é que a autoridade e o prestígio dos chefes passaram a ser reconhecidos mesmo fora dos seus círculos mais imediatos, consolidando-se, com relação a alguns deles, a imagem do bom bandido. Além de prestar segurança, eles também passaram a mediar conflitos diversos entre moradores, sendo procurados por alguns deles para resolver problemas particulares, e passaram a investir nas favelas, distribuindo presentes ou mesmo alimentos, financiando festas e outras atividades de lazer, assim como a construção de espaços de uso comunitário. A fala de um dos entrevistados refere-se claramente à ajuda que os “meninos”⁷ do tráfico dão às comunidades, reforçando, ao mesmo tempo, a percepção de uma ausência do poder público. Segundo ele:

“O tráfico também é presente na comunidade, porque o tráfico também tem ações sociais dentro da comunidade. Quanto ao poder público, ele se preocupa muito mais com as comunidades da Zona Sul, ou da Tijuca, onde tem aquele pessoal de classe média, onde as ações serão mais observadas. E em muitas outras comunidades afastadas, como Nova Iguaçu e Santa Cruz, não há uma preocupação tão grande, porque ali não tem uma elite observando o movimento do poder público.”

A visão de que o tráfico dá às comunidades o acesso a determinados serviços é reforçada por um segundo entrevistado, quando se refere a um passado não distante como uma forma de explicar o seu enraizamento: “Em muitos lugares o tráfico cuidava também da parte da saúde,

7 “Meninos” é uma das formas como, nas favelas, são chamados os traficantes.

tinha ambulância ou carro para levar as pessoas. Houve um período que existiu isso aí”.

Gerou-se, dessa forma, um sistema de dívidas morais, uma das bases de sustentação dos traficantes nas favelas, em que os dons distribuídos pelos chefes supunham um contradom, que ia desde prestar lealdade e respeito até esconder um aliado, levar um ferido a um hospital, ou mesmo ceder a residência, entre outras tantas obrigações que poderiam ser cobradas de imediato ou tempos depois. É por isso que, na visão de algumas antigas lideranças de favelas, o contato com o tráfico deveria ser evitado a todo custo, sob pena de se contrair com ele uma dívida por toda a vida. Como afirma uma delas:

“Tem essa outra questão: se você vai procurar os ‘meninos’, você já vai estar estabelecendo um certo tipo de relacionamento com eles... Vai estar legitimando, também. No meu caso, que eu sou uma pessoa pública, é inconveniente fazer isso. Porque, além disso, é uma relação sempre de mão-dupla.”

O prestígio dos chefes locais tem operado como um fator de atração, para o tráfico, de jovens que buscam neles se espelhar. Entrar para o tráfico, ou para o movimento, na expressão local, vincular-se a uma facção significa pertencer a uma rede de interdependência, a uma estrutura de referência, que confere apoio, proteção e segurança. Significa, igualmente, acumular um recurso de poder e de respeitabilidade que vai muito além do simples porte de uma arma. Cada participante é investido da força do grupo como um todo, sabendo que pode acioná-la quando for necessário e legítimo. Por outro lado, suas ações devem se conformar aos padrões morais e às normas de comportamento instituídas pelo grupo, pois, caso contrário, o próprio prestígio do grupo como um todo, e aqui está em jogo não somente o prestígio junto aos moradores das favelas, mas também junto à facção à qual pertence, se verá atingido. Não é por outra razão que os deslizos, ou vacilos, na linguagem local, são duramente punidos.

Para alguns, ser investido do poder do tráfico representa uma mudança drástica em sua representação, no modo como são vistos e tratados, passando a ser temidos, mas também respeitados, e assumindo uma posição que, de outra forma, dificilmente teriam. O mesmo se pode dizer

em relação aos bens a que, virtualmente, passam a ter acesso. Entrar para o tráfico significa passar a auferir ganhos que, muito provavelmente, nunca teriam se seguissem os percursos tradicionais, desempenhando as funções que são geralmente abertas, quando o são, a jovens com um baixo capital social e escolar. Isso lhes abre a possibilidade ou, mais exatamente, a crença na possibilidade de adquirir determinados bens vistos como conferidores de prestígio e de status social, e que, de outra forma, lhes seriam interditados.⁸ Mais do que a pobreza em si, ou a falta de trabalho, embora estas sejam bastante reais principalmente entre os jovens das favelas, o que pesa na sua adesão ao tráfico é a desesperança em relação ao futuro e à possibilidade de sair da pobreza, é a descrença em relação à eficácia das vias de mobilidade que se mostram possíveis para eles, a escola e o trabalho, resultando assim na sua rejeição. Na verdade, o próprio fato de o tráfico se colocar no horizonte do possível representa já um elemento de desnaturalização do mundo, relativizando a pobreza, a privação, a precariedade e o trabalho mal remunerado como futuro inexorável.

Sem dúvida, o tráfico tem mantido a sua força e, ainda mais, tem revelado uma grande capacidade de naturalizar e incorporar ações que, a princípio, visam a se afirmar como alternativas a ele, promovendo a sua neutralização. Não somente ele se apropria de parte das categorias do discurso militante das ONGs, utilizando-as em seu proveito de modo a legitimar suas próprias práticas, como estabelece, por vezes, uma espécie de divisão do trabalho não acordada, não intencional, não prevista, com ações mesmo do poder público. Os próprios chefes locais podem passar a encaminhar às ONGs, e ao poder público, moradores que os procuram com determinados tipos de pleitos. Um desses moradores, depois de relatar ao chefe do tráfico de uma das favelas estudadas o problema para o qual pedia solução, ouviu dele o conselho para procurar o Balcão de Direitos, projeto de uma ONG, cujo objetivo é oferecer serviços jurídicos e promover a mediação como mecanismo de resolução de conflitos em favelas: “Para isso, você procure o Balcão de Direitos”.

É possível, porém, observar uma tendência a considerar a ação do tráfico como um mecanismo mais eficaz de distribuição de justiça

8 Entre os bens a que passam a ter acesso está a própria droga, como a cocaína, cujo consumo vem crescendo nas próprias favelas. Na verdade, chega-se, em algumas favelas, a consumir mais da metade das drogas que nelas são vendidas. Muitas vezes, é o consumo que leva um jovem a entrar para o tráfico.

e mediação de conflitos do que o próprio Judiciário. Nas palavras de um dos moradores: “Eu sempre costume dizer que nós temos dois Tribunais de Justiça: o da lei e o de fora da lei. O de fora da lei funciona mais rápido do que o da lei. (...) Funciona rapidinho! E acabou, não tem problema! Porque a intenção deles é que na favela não tenha problema!”.

Segundo outro depoente, “a ação policial não existe. Os problemas quem resolve é o pessoal do tráfico, que manda parar. Tem muito mais respeito. Ali as pessoas nem brigam, com medo. As pessoas, às vezes, com receio, não brigam”. Essa percepção é partilhada mesmo por aqueles que não recorrem ao tráfico e que, diante da ausência do poder público, se vêem sem instrumentos de resolução de conflitos. Nas palavras de um entrevistado:

“Por exemplo: lá em Campo Grande, se você ligar o seu rádio alto, a vizinha do lado vai reclamar. Se não resolver, ela vai chamar a polícia. A polícia vai lá na sua porta. É como acontece em qualquer apartamento. E lá onde eu moro não acontece isso. Não tem ninguém que você pode chamar. Você não pode fazer nada. Você tem que ficar quieto.”

Na medida em que se afirmou internamente, o tráfico também passou a disputar a direção das associações de moradores. Isso pesou para que uma parcela das lideranças locais deixasse de ver nas associações um espaço valorizado de atuação, o que foi percebido como um processo de esvaziamento dessas organizações. De acordo com um ex-presidente de associação de moradores:

“Tinha na verdade o tráfico já organizado lá, pequeno, tímido, que não tinha essa força, mas tinha. Mas não se envolvia, não queria discussão com a Associação. Mas depois, no meu segundo mandato, começou a querer ter um envolvimento em coisas até que hoje nós consideramos pequenas. O tráfico queria que a Associação fizesse lá anúncio (...) chamavam um diretor domingo pra anunciar a morte lá dos bandidos, anunciar a missa de sétimo dia etc. E a gente achava que aquilo ali era um absurdo. E aí começou a incomodar. Eles davam uns recados e aí a minha família começou a se preocupar, então eu achei melhor me afastar.”

Relembra outro entrevistado, também ex-presidente de associação, vinculando o declínio dessas organizações ao crescimento do tráfico:

“As lideranças conquistaram um espaço como lideranças comunitárias. Se pegarmos o movimento associativo de favelas, ele vai ter um crescimento do final da década de 70 até meados de 80, quando se dá o auge da interlocução, feita pela liderança comunitária, pelo presidente da Associação, que tem um papel muito definido. Paralelamente a isso, começa lentamente a crescer o poder do tráfico, que vai ganhar mais fôlego e exigir mais espaço. E toda a imprensa dizendo: ‘Existe um tráfico que paga enterro, existe um tráfico que dá bailes...’ Como benfeitores. Isso tudo vai alimentando essa imagem do defensor, do paladino.”

Mais do que simplesmente concorrer *com* as associações, o tráfico, na visão do mesmo entrevistado, passou aos poucos a concorrer *pelos* associações. Diz ele:

“É. E isso vem crescendo, até uma convergência, que tem a ver com a disputa dos pontos de tráfico na cidade do Rio, com um tráfico muito mais armado, armamento pesado, e muito dinheiro rolando. Deve ter alguma pesquisa mostrando que esse foi um período em que começou a aparecer muito dinheiro no movimento, então as disputas ficaram mais fortes. E também era um outro momento político, em que passou a ser possível fazer a defesa, a afirmação de alguns direitos, e começar a dizer: ‘Não, na favela não se pode arrombar barraco’. E eles continuam arrombando até hoje. Mas se começou a tentar exercer esse direito, a mostrar a favela como um espaço onde a lei também teria que ser respeitada. Então, a convergência desses vários fatores vai chamando a atenção para o poder da Associação de Moradores. Começam aí alguns convênios com o poder público. O Projeto Mutirão, por exemplo, começa nesse período. A Associação passa a definir o mestre de obras, que era o responsável por receber o dinheiro e repassar para as equipes. Começa a circular dinheiro na Associação de Moradores, e ela passa a ter uma interlocução direta com o Estado. Fica muito claro que esse é um espaço que

tem força e que o tráfico vai disputar, de uma forma ou de outra; de um lado, ele vai minar, de outro vai tentar cooptar e, em alguns lugares, vai tirar mesmo, vai assumir, vai indicar alguém para esses espaços.”

Para os depoentes, o problema da violência é de difícil solução, dependendo de medidas cujos efeitos seriam sentidos apenas a médio e longo prazo. Suas causas mais profundas, como já foi acentuado, estariam nas desigualdades econômicas, raciais e no estigma que recai sobre as próprias favelas. Como observou um deles:

“O que fazer? Armar mais policiais? Com mais morte, com mais violência se faz a paz? Não, só se faz uma violência maior. A solução não é por aí! Haverá confronto, vai morrer gente inocente, vai morrer traficante, vai morrer policial. Quem é culpado nessa história toda? Talvez o que morreu seja o mais inocente de todos, talvez eu seja mais culpado, por não ter me dedicado mais, não ter brigado mais, mostrado a ele que o caminho certo não era aquele. Talvez o policial seja o culpado, pois muitas vezes chega na comunidade, toma a lei em suas mãos, decide quem vive, quem morre. O nosso sistema carcerário é o pior do mundo! Não recupera ninguém. Muitas vezes, a pessoa prefere até morrer a ir presa. Então, por onde começar a paz, por onde? (...) Não estou fazendo apologia do crime, estou dizendo que temos que começar dando oportunidade às pessoas, porque levando a violência, vamos trazer mais violência, mais revolta.”

Para o entrevistado, oportunidades produzidas por políticas de geração de trabalho e renda poderiam reduzir o ingresso dos jovens no tráfico. Como ele diz:

“Veja a delinqüência juvenil; é uma coisa que todo mundo viveu. Quando se sente o tal, aos 17, 18 anos, o filho de um rico vai surfar, botar pega, viajar, fazer um monte de coisas. O nosso jovem não tem uma roupa bonita, não tem nada disso. Qual é a forma de se sentir o tal? É pelo tráfico. Como vai conseguir comprar uma roupa bonita? É dessa forma. É uma alternativa de vida. Outro dia, houve uma

conversa entre o governador e várias comunidades sobre criminalidade, e o presidente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos disse: ‘O senhor me conceda cem vagas de emprego, que vou mostrar como se diminui a criminalidade. O senhor me dê investimento para jovens, na área social, mas um projeto sério, que vou lhe mostrar como é que se combate a violência’. Não sei nem por onde começar, mas sei que as pessoas têm que começar a assumir responsabilidades; eu assumo as minhas. Não adianta apenas dizer: ‘Vou para casa, visto uma roupa branca e acendo uma vela pela paz. Pronto, acabou’. Não! Eu prego a paz o tempo inteiro, não apenas um movimento pela paz, como esse que houve aí.⁹ Tem que haver uma ação efetiva pela paz, tem que haver distribuição de renda. Paz é isso, a paz é um monte de coisa, a paz é amor, é fraternidade.”

Assim, segundo o entrevistado, embora sejam importantes, campanhas simbólicas como as pela paz teriam um efeito limitado:

“É preciso que a mídia reveja a questão da discriminação. Paz, para mim, é pegar um sujeito feio e fazer dele um Alain Delon, fazer dele o ator principal. Existe uma guerra contra os negros, os ‘paraíbas’, os massacrados, os coitadinhos. Que ponham um ‘paraíba’ como ator principal de uma novela! Aí a gente vai ter paz. Hoje nos presídios só têm os três Ps: preto, pobre e ‘paraíba’. Isso é uma violência.”

Mesmo para moradores não envolvidos com a atividade, o tráfico vem se constituindo em uma forte referência nas favelas. Assim, em áreas divididas por facções rivais, como uma das estudadas, que tem parte controlada pelo Comando Vermelho e parte pelo Terceiro Comando, era comum ouvir-se de moradores referências como “eu moro na área do Comando Vermelho” ou “eu sou da área do Terceiro Comando”.

9 Ainda sob o impacto do seqüestro do ônibus da linha 174, em junho de 2002, no qual quatro mulheres foram mantidas como reféns e uma delas, Geísa Firmo Gonçalves, foi morta, ocorreu no largo da Carioca a campanha “Basta! Eu quero Paz”, promovida pelo Viva Rio. Ver *O Globo* e *Jornal do Brasil*, 08/07/2000.

Nos dizeres de um dos nossos entrevistados, “dentro da mesma comunidade, tem pessoas mais vinculadas a um comando e outras pessoas a outro comando, às vezes tem. É uma espécie de um partido, como fizesse política”. Nesse caso de divisão da comunidade, a liberdade de ir e vir dos moradores se via comprometida. Entrevistados declararam que pessoas que habitavam a área controlada por um dos comandos ficavam temerosas de circular pelo território da facção rival.

Esse mesmo problema não parecia ocorrer nas favelas controladas por um único grupo, ou ao menos era isso que alguns dos depoentes procuravam afirmar, minimizando a presença constrangedora e ameaçadora do tráfico. Disse um dos entrevistados, respondendo a uma pergunta sobre a liberdade de movimento e ação em sua comunidade:

“O tráfico que existe na minha comunidade não nos inibe de trabalhar. Circulo livremente, não tenho nenhum problema. Nunca sofri nenhum constrangimento. Minha família tem uma história muito longa e muito bonita na comunidade, e faço questão de continuar isso (...). Sentimos que em muitas comunidades a situação melhorou (...). Na minha comunidade não tem isso, não; desconheço esse tipo de coisa. Lá as pessoas trafegam normalmente para lá e para cá, a qualquer hora do dia. Em outras comunidades até pode existir isso, mas não na minha.”

Indagado se sairia de sua comunidade caso tivesse condições, respondeu: “Eu? Para quê? A comunidade é minha área de lazer. Vou ficar morando ali. Vocês terão notícias minhas, velhinho, ainda morando ali. Quero ficar ali mesmo, gosto demais dali”.

A realidade da violência, contudo, terminou falando mais alto que o desejo do entrevistado. Quando fomos procurá-lo, pouco tempo depois, soubemos que havia sido obrigado a sair da comunidade.

Resumo: O objetivo do artigo é discutir a questão da violência, tomando como referência depoimentos de lideranças de algumas favelas do Rio de Janeiro. Uma das cidades mais violentas do mundo, o Rio de Janeiro, nos últimos anos, vem assistindo a um processo de expansão das suas áreas faveladas. Para diversos segmentos da sociedade existe uma relação direta e imediata entre a expansão das

favelas e o aumento da violência. Mas, ao se ouvir os moradores das favelas, percebe-se que a questão é bem mais complexa. Além de contestar esse tipo de associação, os depoentes requalificam os termos favela e violência e atribuem ao poder público responsabilidade maior pelo aumento da violência que atinge a cidade como um todo.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; favelas; violência; depoimentos.

The Violence as Seen From the Slum

Abstract: The aim of this article is discussing the issue of violence, taking into account testimonies of leaderships from some slums in Rio de Janeiro. One of the world's most violent cities, Rio de Janeiro has been dealing with an expanding process of its slum areas in the last few years. According to several segments of the society, there is a straight and immediate relationship between slum expansion and violence growth. However, when listening to people living in slums, one realizes that the question is much more complex. Besides contesting this type of association, the deponents requalify the terms slum and violence, and attribute greater responsibility to the state power for the violence growth that affects the city as a whole.

Keywords: Rio de Janeiro; slums; violence; testimonies.